

5.1.17. Função Indústria

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC possui o papel de promover o desenvolvimento industrial do país, contribuindo para o crescimento econômico por meio da intensificação do comércio exterior e do fortalecimento do mercado interno. A necessidade de uma política industrial provém do reconhecimento de que o manejo das variáveis macroeconômicas, por mais adequado que seja, é insuficiente para conduzir o país ao desenvolvimento sustentável e à capacitação industrial e tecnológica de que necessitamos. Tendo em vista esta necessidade, em maio de 2008, foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que tem como objetivos principais promover a competitividade de longo prazo da economia, consolidar a confiança na capacidade de crescer da economia, integrar os instrumentos de políticas existentes, fortalecer a coordenação entre instituições de governo e aprofundar a articulação com o setor produtivo privado.

Tendo em vista os principais objetivos da PDP, foram traçados desafios a serem enfrentados e, dado esses desafios, foram estabelecidas quatro macrometas para a Política: ampliar a participação da formação bruta de capital fixo no Produto Interno Bruto (PIB), de 17,6% em 2007 para 21% em 2010; ampliar a participação das exportações brasileiras nas exportações mundiais, de 1,18% em 2007 para 1,25% em 2010; elevar a participação dos gastos privados em P&D no PIB, de 0,51% em 2005 para 0,65% em 2010; e ampliar em 10% o número de Micro e Pequenas Empresas (MPes) exportadoras até 2010 (11.792 em 2006).

Visando a construção da competitividade de longo prazo da economia brasileira, foram estruturados 32 programas para a PDP, divididos em 3 níveis: ações sistêmicas, destaques estratégicos e programas estruturantes para sistemas produtivos.

As ações sistêmicas estão focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva. Os destaques estratégicos estão voltados a temas de política pública escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do país no longo prazo. Os programas estruturantes para sistemas produtivos referem-se a objetivos estratégicos que visam diversificar a estrutura produtiva doméstica.

Essas diretrizes delineadas pela PDP tiveram como objetivo central criar e fortalecer as condições estruturantes e os instrumentos de coordenação entre instituições do Estado e a iniciativa privada, para que as alocações de recursos, tanto privados quanto públicos, pudessem ser realizadas, de modo a influenciar positivamente os fatores produtivos em ganhos de padrão de qualidade.

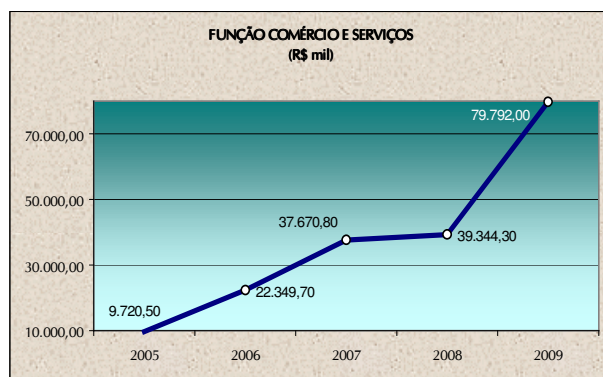
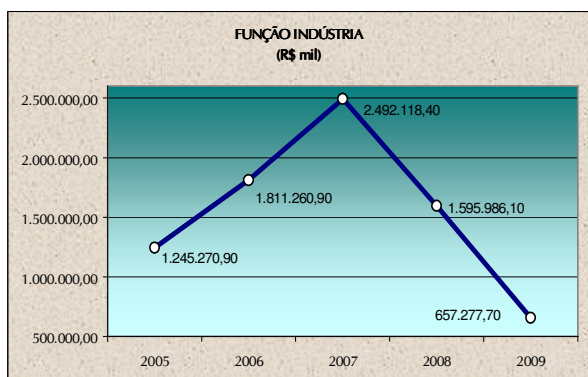
Em 2009, os esforços dos trabalhos da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) foram concentrados na construção das agendas de ação e na manutenção da capacidade competitiva dos setores, com medidas mitigadoras da crise e de indução do consumo, tendo em vista as previsões pessimistas com a crise financeira internacional e o novo contexto que comprometia o alcance das metas setoriais e os desafios da PDP.

A missão institucional do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) está relacionada, sobretudo, a duas Funções de Governo: "22 – Indústria" e "23 - Comércio e Serviços". Nessas duas áreas de atuação do Setor Público foram destinados, em 2009, 98,3% dos recursos públicos executados no âmbito do Órgão. Do valor total empenhado líquido, que foi da ordem de R\$ 749 milhões, o montante de R\$ 657,2 milhões (87,7%) foi executado na Função "Indústria" e a quantia de R\$ 79,7 milhões (10,6%), na Função "Comércio e Serviços". A tabela a seguir demonstra os valores empenhados líquidos no período 2005-2009.

VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR FUNÇÃO PERÍODO 2005-2009

R\$ mil					
FUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
22 – Indústria	1.245.270,9	1.811.260,9	2.492.118,4	1.595.986,1	657.277,7
23 – Comércio e Serviços	9.720,5	22.349,7	37.670,8	39.344,3	79.792,0
Outras Funções	47.120,5	55.646,9	71.807,2	3.162,0	12.028,1
TOTAL	1.302.112,1	1.889.257,6	2.601.596,5	1.638.492,5	749.097,9

Fonte: Siafi Gerencial – Base 20/01/2010



A variação negativa, nos valores empenhados na função Indústria, entre os exercícios de 2008 e 2009 decorre, preponderantemente, dos efeitos da crise financeira internacional que abalou o mundo recentemente, fazendo com que a execução de alguns programas de governo ocorresse abaixo do esperado, e da não execução das ações dos Programas “0902 – Operações Especiais Financiamentos com Retorno” e “1388 – Ciência, Tecnologia e Inovação para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)”, sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), tendo em vista a proposta de sua extinção. A seguir, serão apresentados os principais resultados, por função, obtidos pelos programas finalísticos que contribuíram sobremaneira para a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) ao longo de 2009.

Função Indústria

Os principais programas que apresentaram execução orçamentária na função “Indústria”, em 2009, são: “0390 – Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade”, com valor empenhado líquido equivalente a R\$ 354,2 milhões, correspondente a 53,8% do total executado pelo MDIC nessa função; “0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual”, no qual foi executado o montante de R\$ 63,6 milhões, correspondente a 9,6% do total na Função; “0392 – Pólo Industrial de Manaus”, que apresentou execução de R\$ 53,5 milhões, equivalente a 8,1% do total na função; e “1020 – Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da SUFRAMA”, com execução de R\$ 41,2 milhões, que representam 6,2% do total na função.

VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR SUBFUNÇÃO FUNÇÃO 22 – INDÚSTRIA (2005-2009)

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
122 – Administração Geral	301.358,6	387.142,3	463.754,0	243.994,8	219.222,9
123 – Administração Financeira	69.299,9	-	343.005,2	-	-
126 – Tecnologia da Informação	19.178,9	3.484,1	1.076,6	980,0	70.267,8
665 – Normalização e Qualidade	203.744,9	203.197,0	210.161,8	242.870,8	279.996,1
846 – Outros Encargos Especiais	584.400,9	1.156.622,9	1.392.964,1	1.061.528,2	41.567,1
Outras Subfunções	67.287,5	60.814,4	81.156,5	46.612,2	46.223,7
TOTAL	1.245.270,9	1.811.260,9	2.492.118,4	1.595.986,1	657.277,7

Fonte: Siafi Gerencial – Base 20/01/2010

De fato, a execução de alguns programas de governo ocorreu aquém do esperado em razão dos efeitos da crise financeira mundial, o que provocou reflexos nos seus indicadores de desempenho. No programa 0392 – Pólo Industrial de Manaus, o indicador *Taxa de Agregação de Valor Local* obteve o índice de 2,74 em 2009, com incremento de 11,4% em relação ao índice de 2,46 registrado em 2008. Entretanto, os demais indicadores desse programa não apresentaram melhora. O indicador *Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal* registrou queda na participação do estado do Amazonas na arrecadação do Governo Federal, de 66,97% em 2008 para 61,52% em 2009; o indicador *Taxa de variação das Exportações do Pólo Industrial de Manaus*, que mede a relação entre as exportações e as

importações no exercício, diminuiu de 13,93% em 2008 para 13,59% em 2009; e a apuração do indicador *Índice de Mão de Obra no Pólo Industrial de Manaus* em 2009 apresentou um resultado 10,37 pontos percentuais inferior ao do ano de 2008.

Programa Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade

No Programa “0390 – Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade”, o indicador *Taxa de Credibilidade do INMETRO Junto à População* obteve o índice de 92,86 em 2008, bem próximo da meta do indicador para o final do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, que é de 93,0. No caso do indicador *Taxa de Reconhecimento do*

INMETRO, o índice apurado em 2008 foi de 49,15, próximo também da sua meta para o final do PPA, que é de 51,0.

No intuito de aumentar a produtividade, com a adoção de mecanismos destinados à melhoria da qualidade de produtos e serviços, o MDIC promove o fortalecimento das empresas nacionais por meio da atuação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro. O Instituto provê confiança à sociedade brasileira nas medições e nos produtos, por meio da metrologia e da avaliação da conformidade, promovendo a harmonização das relações de consumo, a inovação e a competitividade do país. Dentre suas principais realizações em 2009, destacam-se as seguintes:

- Regulamentação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos ônibus urbanos e rodoviários e às embarcações usadas para transporte de passageiros. Com a publicação das principais normas e regulamentos técnicos definindo critérios de acessibilidade em veículos e embarcações novos e usados, o marco regulatório para acessibilidade foi concluído;
- Implantação do controle metrológico legal sobre os esfigmomanômetros digitais, possibilitando uma maior credibilidade nos resultados das medições realizadas por estes instrumentos e um controle dos instrumentos importados, feito importante para a área de saúde;
- Consolidação e ampliação da Rede de Serviços para verificação de cronotacógrafos, equipamento obrigatório para veículos de transporte de passageiros e cargas que monitora a velocidade, tempos, paradas e distâncias percorridas, contribuindo para aumentar a segurança nas estradas e vias urbanas, reduzindo o índice de acidentes e preservando a vida dos cidadãos. Houve, ainda, a promoção de apoio técnico para viabilização da chamada “Lei Seca”, com a implantação de nova metodologia de ensaio de etilômetros (gás seco);
- Implantação do curso de Mestrado Profissional, devidamente autorizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação, visando a formação de pessoal em Metrologia e Qualidade;
- Edição do manual para a implementação do *Registration, Evaluation, Authorisation and Restrictions of Chemicals* (REACH) e prestação de suporte técnico a outros órgãos de governo. O REACH é o novo regulamento para substâncias químicas da União Europeia, que tem por objetivo assegurar um elevado nível de proteção à saúde humana e ao ambiente e garantir a livre circulação dessas substâncias em prol da competitividade e da inovação. O manual é importante para viabilizar uma maior inserção de produtos brasileiros no mercado europeu;

- Desenvolvimento, em ação conjunta com o *National Institute of Standards and Technology* (NIST) dos Estados Unidos da América (EUA), de quatro Materiais de Referência Certificados (MRC): dois de bioetanol (anidro e hidratado) e dois de biodiesel (biodiesel de soja e de gordura animal). Estes últimos representam quase 100% do biodiesel produzido no Brasil e nos EUA. O desenvolvimento de MRC é fator fundamental para a estratégia de tornar o biocombustível uma *commodity*;
- Início da implantação de dois novos laboratórios que contam com recursos oriundos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) para prover a rastreabilidade e assegurar a confiabilidade nas medições de quantidade, volume, massa, velocidade e vazão de fluidos. A confiabilidade e a aceitação dessas medições interessam aos Municípios, aos Estados, à União e às empresas de indústria de petróleo e gás natural, pois é por meio delas que são definidos os valores dos *royalties* e de comercialização; e
- Estabelecimento de dois Termos de Cooperação entre o Inmetro e o Ministério da Justiça para a área de segurança pública, um destinado a criar o Programa Nacional de Metrologia Forense, que envolve várias ações de capacitação, pesquisa e acreditação de laboratórios forenses, e outro voltado à produção de material de referência para drogas ilícitas, possibilitando confiabilidade nos exames realizados para identificá-las.

Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

A propriedade intelectual é responsável pela maior parte do valor gerado pelas empresas modernas, especialmente nos segmentos mais dinâmicos referentes a produtos diferenciados por marcas e outros signos distintivos, *design* e conteúdo tecnológico ou autoral. Ela representa, portanto, uma contribuição direta das políticas setoriais do MDIC, especialmente para a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), centrada em essência na promoção da inovação e da inserção das empresas brasileiras nos mercados dinâmicos.

O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é responsável por registros de marcas, concessão de patentes e averbação de contratos de transferência de tecnologia e de franquia empresarial, bem como por registros de programas de computador, desenho industrial e indicações geográficas, de acordo com a Lei da Propriedade Industrial (Lei n.º 9.279/96) e a Lei de *Software* (Lei nº 9.609/98).

Em 2009, os esforços do Instituto por um sistema de propriedade intelectual adequado às necessidades do país, que projete investimentos, organize mercados, crie parâmetros e critérios de concorrência leal e permita a repressão à pirataria e o desenvolvimento das empresas estabelecidas, proporcionaram importantes resultados.

Houve a redução dos pedidos de marcas e patentes em estoque para análise (*backlog*); o início da operação do INPI como Autoridade Internacional de Busca e Exame Preliminar de Patentes (ISA/IPEA), no âmbito do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT), com 49 pedidos; e o aprofundamento da articulação com os escritórios de propriedade industrial da América do Sul, para a implantação de sistema de informação de cooperação entre os escritórios nacionais de propriedade intelectual e de acesso de cidadãos do continente aos serviços de proteção aos direitos de propriedade intelectual.

Para divulgar novas tecnologias em áreas estratégicas para o Brasil, foram publicados 15 novos "Alertas Tecnológicos" pelo Centro de Divulgação, Documentação e Informação Tecnológica do Instituto, nas áreas de biodiesel, célula combustível, célula-tronco, energia eólica e solar, deficiência visual e auditiva e nanotecnologia.

Ademais, ampliou-se a disseminação da importância da propriedade intelectual entre as empresas brasileiras de diferentes portes e setores de atividade, por meio de capacitação de cerca de 8.000 pessoas; consolidaram-se as atividades de educação superior e pesquisa em propriedade intelectual, conferindo-se os primeiros títulos de mestre do primeiro Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual do país; e formaram-se mais 2.000 pessoas para atuar nos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) das universidades e institutos públicos de pesquisa, em consonância com a Lei de Inovação.

O Programa "0393 - Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual" tem 6 indicadores, dentre os quais se destaca o *Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia*, cujo valor apurado foi de 0,99, em 2009, atingindo a meta prevista ao final do PPA 2008-2011, que é de 1,00. Contudo, os demais indicadores desse programa não apresentaram um desempenho favorável.

O indicador *Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial* aponta para uma queda em seu desempenho, 2008 para 2009, quando os valores apurados foram 1,01 e 1,09, respectivamente, enquanto a meta a ser atingida é de 1,00.

E, ainda no Programa 0393, os indicadores *Prazo de Concessão de Patentes* e *Prazo para Concessão de Registro de Marcas* foram os que apresentaram resultados mais distantes de suas metas. Para o primeiro indicador houve melhora de 2008 para 2009, os índices passaram de 10,35 para 10,25, mas a meta de 3,50 ainda está distante de ser atingida. O segundo também melhorou, passou de 2,85 para 2,24 no mesmo período, entretanto o valor apurado em 2009 ainda está distante da meta de 0,80.

Vale ressaltar, contudo, que as metas desses dois indicadores estão mal dimensionadas. No caso do indicador *Prazo de Concessão de Patentes*, a meta foi

definida sem considerar os prazos estabelecidos em lei que transcorrem do Depósito do Pedido até o Exame Técnico. Além disso, não houve melhora significativa do indicador, em decorrência de um conjunto de fatores, dentre os quais se destaca o aumento contínuo do volume de depósitos nos últimos anos, que faz o tamanho do estoque crescer na mesma proporção do aumento da capacidade de exame. E no caso do indicador *Prazo para Concessão de Registro de Marcas*, a meta foi definida com base na diminuição inicial do "*backlog*" quando foram examinados os pedidos de registros mais simples, sem oposição, que demandam um tempo de análise menor. Hoje, são examinados, também, pedidos com oposição que demandam um tempo maior, razão pela qual sua meta também está mal atribuída.

Programa Pólo Industrial de Manaus

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior também tem papel importante para assegurar viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais da Zona Franca de Manaus mediante atuação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Autarquia responsável por construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais.

Em 2009, foram desenvolvidos seis projetos de desenvolvimento tecnológico nas áreas de fitoterápicos, cosméticos, alimentos, energia e flores tropicais ornamentais no âmbito do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), bem como houve aquisição de máquinas e equipamentos de informática e contratação de serviços de assistência técnica para tecnologia e informação.

No apoio à promoção industrial, houve a realização de serviços de manutenção da infraestrutura do Distrito Industrial, a viabilização da capacitação de empreendedores com vistas à implantação do Parque Tecnológico e a construção da Unidade de Gestão Estratégica. Também houve apoio à infraestrutura e à produção dos estados de Rondônia, Roraima, Acre e Amazonas, com financiamento de projetos no valor de R\$ 34,4 milhões. Em relação à promoção comercial, destaca-se a realização da V Feira Internacional da Amazônia (FIAM), que contemplou extensa programação e exposição de produtos de alto valor agregado, produzidos por multinacionais intensivas em capital e tecnologia que operam no Pólo Industrial de Manaus (PIM). Para realização desse evento, foram necessários recursos da ordem de R\$ 8,1 milhões.

Em municípios dos estados da Amazônia Ocidental, foram apoiados 49 projetos que compreenderam: aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários e agrícolas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do produtor rural; construção de portos, pontes e recuperação de estradas, favorecendo o embarque, desembarque e transporte de mercadorias e passageiros dos municípios carentes de infraestrutura; aquisição de tanques de resfriamento de leite, favorecendo as

atividades de pequenos e médios produtores rurais; e fortalecimento da infraestrutura de parques de exposição.

Programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte

Dentre as medidas de apoio ao desenvolvimento produtivo, no âmbito do programa “0419 – Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte”, cujo percentual do valor empenhado líquido em relação ao total da função foi de 2,4%, o que corresponde a R\$ 15,7 milhões, é relevante destacar as seguintes:

- O Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEx), um sistema de resolução de problemas técnico-gerenciais e tecnológicos, que visa incrementar a competitividade e promover a cultura exportadora empresarial e estrutural de Arranjos Produtivos Locais (APLs), passou a operar com sete Núcleos Operacionais do PEIEx. A iniciativa diagnóstica problemas e introduz melhorias em aproximadamente 224 empresas por Núcleo Operacional. Em 2009, foram realizados 631 atendimentos a empresas no âmbito do PEIEx;
- Em relação à promoção comercial, foram finalizados em 2009 o Projeto de Promoção Comercial do APL moveleiro de Bento Gonçalves/RS, que beneficiou aproximadamente 300 empresas em 72 municípios, e os Projetos de Promoção Comercial para os APLs de Confecção de Moda Feminina de Goiânia/GO, de Couro e Calçados de Goiânia e Goianira/GO, de Quartzito de Pirenópolis/GO e de Látex de São Luís de Montes Belos, com a realização de ações diretas para 102 empresas;
- Também foi realizada a 4ª Conferência Brasileira de APLs, que contou com cerca de 900 participantes de todo o país e do exterior e de 130 palestrantes, debatedores e autoridades;
- Visando apoiar as Micro e Pequenas Empresas, foi finalizada a construção de 31 barracões industriais que possibilitaram a implantação de cerca de 100 microempresas e empresas de pequeno porte, de diferentes setores, gerando mais de 700 empregos diretos;
- Foram realizadas ações de capacitação do empresariado de Micro e Pequenas Empresas que alcançaram aproximadamente 2.000 empresários; e
- Em relação à promoção e atração de investimentos estrangeiros, foram realizados os seminários internacionais “Invest in Brazil”, em Taipé (Taiwan); e os seminários “Brazil Business Seminar – Industrial Bio Fuel Technology and Infrastructure Business Opportunities”, em Tóquio, e “Seminar Invest in Brazil”, em Seul.

Programa Competitividade das Cadeias Produtivas

O programa “0812 – Competitividade das Cadeias Produtivas” apresentou um percentual de execução de 0,39% do total executado na função, o que corresponde a R\$ 2,5 milhões, não considerados os recursos provenientes de ações não-orçamentárias. Apesar do baixo percentual, o programa é um grande mobilizador das ações estratégicas da PDP, sendo fundamental destacar os principais resultados obtidos por meio do programa.

Em virtude da situação internacional, que afetou mais intensamente o setor de Bens de Capital, o Governo Federal reduziu os impostos incidentes e ampliou a oferta de financiamento, via BNDES; reduziu os juros de seus créditos; e alongou os prazos de carência e de amortização para os bens de capital. A edição da Medida Provisória nº 465/2009 possibilitou a concessão de subvenção econômica ao BNDES sob a modalidade de equalização de taxas de juros, destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.

Outro destaque foram as medidas anticíclicas aos produtos das indústrias automotiva, de duas rodas e de máquinas agrícolas e rodoviárias: desoneração tributária e melhores condições de financiamento; proposição de ações governamentais, com vistas a reduzir a poluição do ar, decorrente do uso de diesel em caminhões e ônibus, principalmente nos grandes centros urbanos, em cumprimento à legislação ambiental (Resolução CONAMA nº 403/2008); e gestão dos Acordos Automotivos com a Argentina e Uruguai e ampliação do Acordo com o México.

Em articulação com Órgãos e Entidades do governo, no âmbito dos fóruns institucionais como o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool, realizadas discussões técnicas para regulamentar o uso de biocombustíveis - etanol e biodiesel - no país e estimular seu uso no mundo.

Em relação ao segmento de eletroeletrônica de consumo, os trabalhos da PDP resultaram em medidas de desoneração tributária, visando estimular o setor de linha branca e manter empregos e competitividade diante da crise internacional, tais como a redução do IPI aos produtos da linha branca até 31 de janeiro de 2010, cujo benefício passou a ser proporcional à eficiência energética do eletrodoméstico. No caso de geladeiras, por exemplo, os produtos que possuem Selo “A”, que atesta menor consumo, a alíquota do IPI foi reduzida de 15% para 5%. E, no caso dos fogões com selo “A”, o IPI caiu de 4% para 2%.

Função Comércio e Serviços

No que tange às políticas de comércio e serviços, que tem como objetivo a formulação e a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento do país nesses setores de alta relevância, os principais resultados de 2009 ocorreram nas subfunções 126 – *Tecnologia da Informação*, 691 – *Promoção Comercial* e 693 –

Comércio Exterior, conforme demonstrado na próxima Tabela.

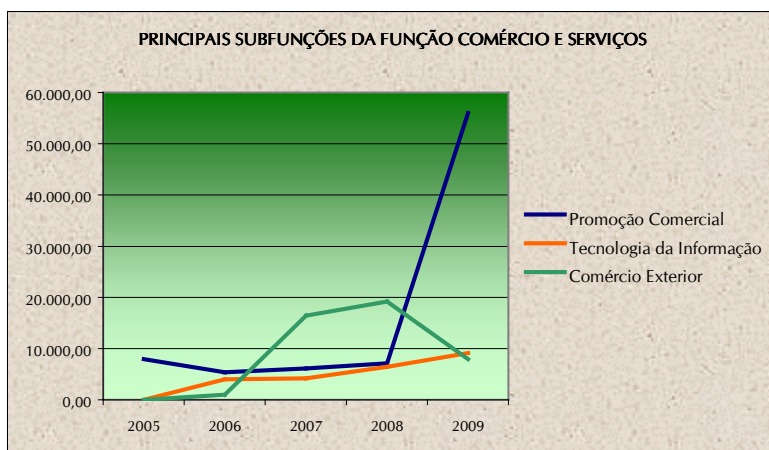
Os principais programas de governo com execução orçamentária na área de ação governamental “Comércio e Serviços”, em 2009, são: “0411 – Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços”, com valor empenhado líquido equivalente a R\$ 55,3 milhões,

correspondente a 69,3% do total executado pelo MDIC nessa função de governo; “0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora”, no qual foi executado o valor de R\$ 17,7 milhões, correspondente a 22,2% do total na função; e “0419 – Desenvolvimento de Microempresa e Empresa de Pequeno e Médio Porte”, que apresentou execução de R\$ 5,5 milhões, equivalente a 7% do total na função.

VALORES EMPENHADOS LÍQUIDOS POR SUBFUNÇÃO FUNÇÃO 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS (2005-2009)

SUBFUNÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009
122 – Administração Geral	-	6.067,7	8.617,5	5.783,9	6.028,0
126 – Tecnologia da Informação	-	4.040,0	4.191,5	6.457,4	9.147,2
661 – Promoção Industrial	532,9	288,3	373,2	555,3	624,9
691 – Promoção Comercial	7.918,2	5.410,5	6.100,6	7.112,4	56.015,6
693 – Comércio Exterior	-	996,4	16.444,1	19.228,4	7.940,7
846 – Outros Encargos Especiais	1.060,9	5.486,4	1.787,7	166,2	-
Outras Subfunções	208,3	60,2	156,0	40,5	35,5
TOTAL	9.720,5	22.349,7	37.670,8	39.344,3	79.792,0

Fonte: Siafi Gerencial – Base 20/01/2010



O salto na subfunção é decorrente da execução da ação 11SI, projeto cuja execução orçamentária ficou restrita ao exercício de 2009.

Com o objetivo de aproximação com a China, o Governo brasileiro decidiu participar da Exposição Mundial de Xangai 2010 (Expo Xangai 2010). Para tanto foi publicado o Decreto Presidencial S/Nº, de 17 de junho de 2008, criando a Comissão Interministerial, coordenada pelo MDIC, encarregada de viabilizar a participação do Brasil no referido evento. Em agosto de 2008, foi assinado o contrato de participação do país na Expo Xangai 2010, que ocorrerá de 1º de maio a 31 de outubro de 2010.

A Lei nº 11.897/2008 autorizou a realização de despesas no montante de R\$ 28 milhões, e o Decreto S/Nº de 11 de agosto de 2009 suplementou em mais R\$ 22 milhões a dotação orçamentária da ação 11SI – Participação Brasileira na Exposição Universal em Xangai – Expo Xangai 2010, totalizando R\$ 50 milhões.

As medidas adotadas para assegurar a presença do país na Expo Xangai resultaram na celebração do Convênio nº 01/2009/MDIC entre o MDIC e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Para a execução do objeto do convênio, foram empenhados recursos na ordem de R\$ 50 milhões, o mesmo valor conveniado.

A participação brasileira será uma oportunidade para a apresentação de setores reconhecidos por sua competitividade internacional, que promovam o desenvolvimento sustentável das cidades, aliado à adequação das exigências do mundo contemporâneo.

Além da divulgação da imagem do país no exterior, com impacto direto na promoção de investimentos e do turismo, a Expo Xangai 2010 constituirá excelente espaço para o Brasil divulgar suas potencialidades regionais e abordar temas de interesse mundial.

Ampliar as exportações foi uma estratégia adotada pelas Políticas Industriais brasileiras, principalmente, a PDP. Para isso, a PDP implementou medidas tributárias e de financiamento para estímulo às exportações, medidas de simplificação dos procedimentos administrativos e operacionais nas exportações e medidas de facilitação.

O atual estágio do comércio exterior brasileiro requer como estratégia para seu maior desenvolvimento a implementação de instrumentos modernos, flexíveis e ágeis, que permitam a simplificação da logística, o acesso à informação e o apoio creditício, elementos fundamentais para viabilizar a participação das empresas no competitivo mercado internacional.

Um dos principais indicadores que atesta o bom desempenho das exportações brasileiras é a participação em mercados de destino relevantes, também conhecido como Índice de Concentração de *Hanna & Kay*. Se comparado ao ano de 2005, houve melhora no resultado do indicador.

O valor obtido demonstra ampliação do número de países relevantes para as exportações brasileiras, reduzindo-se assim a dependência do Brasil em relação aos parceiros tradicionais. Esse é, na verdade, o significado do Índice de Concentração de *Hanna & Kay*, e seu crescimento, em relação ao parâmetro de referência, demonstra a desconcentração das exportações brasileiras por mercados de destino, o que representa menor vulnerabilidade externa, em vista da ampliação do leque de países compradores significativos.

A Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações Brasileiras

também constitui um dos indicadores básicos utilizados na gestão do Programa "0412 – Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora". De 2005 a 2009, houve queda da participação relativa dos produtos manufaturados em relação ao total das exportações nacionais, de aproximadamente 55% para 43,7%. Tal decréscimo representa a perda de participação dos produtos manufaturados no valor total das exportações brasileiras, em detrimento dos produtos básicos e semimanufaturados.

A Taxa de Variação das Exportações Brasileiras busca aferir o percentual de variação das exportações nacionais em relação ao ano anterior, refletindo o desempenho das vendas externas do país.

Tal indicador apresentou melhora contínua, de 2006 a 2008, a despeito da crise financeira internacional iniciada em agosto de 2008, fato que não chegou a comprometer os principais indicadores para o exercício de 2008. Entretanto, em 2009, houve retração de aproximadamente 22% na taxa de variação das exportações nacionais.

Em 2009, as exportações brasileiras atingiram US\$ 152,9 bilhões, queda de 21,8% sobre o resultado de 2008, de US\$ 197,9 bilhões. As importações somaram US\$ 127,6 bilhões, decréscimo de 25,3% em relação ao período anterior, de US\$ 172,9 bilhões.

Com isso, o saldo comercial apresentou superávit de US\$ 25,3 bilhões, valor pouco acima dos US\$ 24,9 bilhões de 2008. O resultado da balança comercial de 2009 é reflexo da redução da demanda mundial provocada pela crise econômica internacional.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO PERÍODO 2006-2009

INDICADORES	2006	2007	2008	2009
PIB do Brasil (US\$ bilhões)	1.072,00	1.295,50	1.569,40	1.268,5 (**)
Exportações Brasileiras (US\$ bilhões)	137,50	160,60	197,90	152,99
Exportações de Manufaturados (US\$ bilhões)	75,02	83,94	92,68	66,59
Importações Brasileiras (US\$ bilhões)	91,40	120,60	172,98	127,64
Corrente de Comércio (US\$ bilhões)	229,15	281,26	371,13	279,88
Exportações Mundiais (US\$ bilhões)	11.887,00	13.619,00	15.773,70	11.919,00 (**)
Taxa de Participação das Exportações de Manufaturados nas Exportações Brasileiras (%)	54,56	52,27	46,83	43,7
Taxa de Participação das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais (%)	1,15	1,17	1,25	N.D.
Grau de Abertura da Economia Brasileira (%)	21,35	21,71	23,65	N.D.

Fonte: SECEX/MDIC, SRFB/MF, BACEN/MF, FMI e OMC

(**) Previsão para 2009

N.D. - Não Disponível

Quanto ao desempenho dos instrumentos de informação de comércio exterior no exercício de 2009, destacamos:

- Realização de 8 Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), que contaram com a presença de cerca de 7.409 participantes, com média de 926 participantes por evento. Cerca de 1.980 empresas marcaram presença nos eventos;

- Portal do Exportador recebeu 866.866 acessos, confirmando ser um importante instrumento de apoio ao setor exportador ou para aqueles que pretendem se iniciar em comércio exterior;
- Fala Exportador, serviço prestado pelo Portal do Exportador para atender dúvidas e questões da comunidade exportadora, atendeu, em 2009, 2.241 consultas, totalizando 26.010 solicitações de informação desde o seu lançamento, em novembro de

2001, provenientes de 1.272 municípios brasileiros de todas as Unidades da Federação e de 126 países, com tempo médio de resposta de 2 dias;

- Sistema ALICEWEB, ferramenta de disseminação dos dados da Balança Comercial Brasileira, alcançou o número de 161.012 usuários, com 2.063.481 visitas. Em setembro de 2009, foi disponibilizado o Sistema Aliceweb-Mercosul, consulta on-line via internet contendo as bases de dados dos países membros do MERCOSUL de forma individualizada e do conjunto Mercosul (intra e extra-bloco), disponíveis em português, espanhol e inglês;
- Sistema Radar Comercial, que objetiva auxiliar na seleção de mercados e produtos de maior potencial para as exportações, teve média mensal de 2.046 acessos até outubro de 2009, com 52.112 usuários cadastrados;
- Foi desenvolvido o módulo específico para o Drawback Integrado, conforme definido pela Medida Provisória nº 451/2008 e redefinido pela Lei nº 11.945/2009, que converteu a MP e promoveu alterações significativas em relação ao projeto original. O Drawback Integrado foi criado para alavancar ainda mais as exportações brasileiras, envolvendo isenção fiscal concedida aos beneficiários do regime, sendo, portanto, considerado como uma ampliação dos benefícios oferecidos pelo Drawback Verde-Amarelo, implantado em 2008. Ao mesmo tempo em que se desenvolvia esse novo sistema, efetuavam-se diversas melhorias nos sistemas já existentes (Drawback Suspensão e Drawback Verde-Amarelo), que estão em constante evolução, haja vista a dinâmica do comércio exterior;
- No âmbito de Negociações Internacionais na Área de Indústria, foram firmados 6 Acordos. Os resultados ultrapassaram a meta inicialmente estipulada de assinar 2 Acordos. Tal fato se deve à mudança de enfoque do MDIC, que passou a dar maior ênfase à realização de reuniões bilaterais com países selecionados e não envolvem a negociação de acordos comerciais para a redução de tarifas alfandegárias, mas buscam, entretanto, reduzir as barreiras não-tarifárias através da cooperação entre os países;
- Desenvolvimento do Módulo Venda do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzem Variações no Patrimônio das Entidades (SISCOSERV), iniciado em 2008 e concluído em 2009, encontra-se em fase de testes pelos usuários. A entrada efetiva desse módulo depende da edição do arcabouço jurídico elaborado pelo MDIC e Receita Federal do Brasil (RFB/MF), em andamento no Ministério da Fazenda. O Módulo de Aquisição foi iniciado em 2009 com previsão de conclusão em novembro 2010.

Contribuindo para a obtenção das metas traçadas para o Complexo de Serviços da Política de Desenvolvimento da

Produção (PDP), diversas as ações foram executadas, entre elas: elaboração da Política Nacional de Comércio e Serviços (PNCS); o movimento de empresas e negócios nas Juntas Comerciais, em todo o país, abrangeu 639.103 constituições, 1.279.079 alterações e 207.466 extinções, totalizando 2.125.648 empresas cadastradas em 2009.

As atividades realizadas no cerne do Acordo-Quadro de Cooperação do Brasil com a Comunidade Europeia, em 2009, permitiram o apoio a 33 projetos, com o envolvimento de 28 instituições públicas e privadas, e resultaram em ações voltadas à internacionalização de 654 pequenas e médias empresas.

Houve também a aquisição de um equipamento de análise de resíduos tóxicos em alimentos, doado ao Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Pedro Leopoldo (MG), e a aquisição de equipamentos de microscopia para um laboratório de biotecnologia, doados ao Inmetro.

Destaca-se também o projeto Telecentros de Informação e Negócios, que diferencia-se dos demais programas de inclusão digital do país por atender aos microempresários e empresários de pequeno porte como público alvo e ter por objetivo, não somente oferecer acesso à internet, mas principalmente promover a cultura de inovação e de empreendedorismo. Até 2009, já são 1.275 Telecentros em operação em todo o país e ainda 2.254 pedidos para instalação de novos Telecentros aguardando equipamentos.

O MDIC realizou importante papel como impulsionador da economia mediante fortalecimento da participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no desenvolvimento do país. Realizando atividades em diversos campos de atuação por meio de recursos não-orçamentários, o Banco apresentou um crescimento de desembolso de 49% em relação a 2008, e de 112% em relação a 2007. De 2008 para 2009, os desembolsos saltaram de R\$ 92,2 bilhões para R\$ 137,3 bilhões.

Em 2009, merece destaque a atuação nas áreas de Energia, com desembolso de R\$ 41,7 bilhões, dos quais R\$ 25 bilhões destinados à operação com a Petrobrás e R\$ 13,7 bilhões para produção e distribuição de energia elétrica; Financiamento a Máquinas e Equipamentos, com desembolso de R\$ 26,6 bilhões para os Produtos BNDES Finame e Cartão BNDES, de R\$ 19 bilhões para micro, pequenas e médias empresas e pessoas físicas e de R\$ 13,5 bilhões para o setor de transporte rodoviário; Financiamento à Exportação, cujos desembolsos alcançaram R\$ 15,6 bilhões; e Ampliação da Capacidade de Oferta de Bens e Serviços, na qual foram desembolsados R\$ 14,9 bilhões para ampliação da capacidade produtiva das empresas brasileiras, principalmente do complexo sucro-alcooleiro e de produção de biocombustíveis (R\$ 5,1 bilhões) e dos setores de alimentos, agroindústria e agropecuária (R\$ 4,3 bilhões) e de comércio e serviços (R\$ 2,9 bilhões).

Também houve apoio do Banco a outros importantes segmentos da economia. Nos setores consubstanciados em Insumos Básicos, os desembolsos em 2009 foram de R\$ 11,8 bilhões, com realce para os setores de papel, celulose e produtos florestais e os setores de química, petroquímica e atividades relacionadas.

Nos Pequenos Projetos de Investimento, o BNDES Automático disponibiliza recursos para os investimentos das pequenas indústrias e das empresas de pequeno porte dos setores de comércio e serviços, bem como para operações especiais do setor agrícola.

O apoio às Micro e Pequenas Empresas ocorreu, sobretudo, por meio dos desembolsos referentes ao BNDES Finame, BNDES Automático e Cartão BNDES, que totalizaram R\$ 16,7 bilhões. Este valor representa um aumento de 25% em relação aos desembolsos no ano anterior.

Nas áreas de Desenvolvimento Urbano, Transporte e Logística, Telecomunicações e Inclusão Social, os desembolsos de 2009 corresponderam, nesta ordem, a R\$ 7,2 bilhões, R\$ 4 bilhões, R\$ 3,7 bilhões e R\$ 382

milhões, que foram destinados a projetos de desenvolvimento urbano, rodovias e transporte ferroviário, projetos de ampliação e modernização das empresas do setor de telecomunicações e atividades relacionadas ao desenvolvimento social.

Considerações Finais

Importante destacar que os valores informados nas tabelas por função e subfunção referem-se apenas a ações orçamentárias.

Os resultados do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foram obtidos por meio de ações não orçamentárias, tipificadas como "Financiamentos", não constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Relevante também é a demonstração da execução orçamentária por fonte de recursos, uma vez que na função governamental "22 – Indústria" mais de 60% da execução é proveniente de recursos próprios, explicando o alto índice de execução em 2009.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FONTE DE RECURSOS

R\$ 1,00

FUNÇÃO	FONTE DE RECURSOS		VALORES EMPENHADOS	% DE EXECUÇÃO
22 – INDÚSTRIA	00	Recursos Ordinários	72.129.771,10	11,0%
	50	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	409.011.165,29	62,2%
	74	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	138.436.276,34	21,1%
	80	Recursos Financeiros Diretamente Arrecadados	15.029.908,72	2,3%
	82	Restituição de Recursos de Convênios e Congêneres	1.248.909,00	0,2%
	86	Outras Receitas Originárias	21.421.726,30	3,30%
TOTAL 22 - INDÚSTRIA			657.277.756,75	87,7%
23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS	00	Recursos Ordinários	29.282.561,12	36,7%
	50	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	6.723.446,30	8,4%
	86	Outras Receitas Originárias	38.434.519,62	48,2%
	95	Doações de Entidades Internacionais	5.351.554,69	6,7%
TOTAL 23 – COMÉRCIO E SERVIÇOS			79.792.081,73	10,7%
OUTRAS FUNÇÕES	00	Recursos Ordinários	9.693.685,48	80,6%
	12	Recursos Destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.287.724,57	10,7%
	50	Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	55.321,08	0,5%
	51	Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	581.391,45	4,8%
	76	Outras Contribuições Sociais	410.000,00	3,4%
TOTAL OUTRAS FUNÇÕES			12.028.122,58	1,6%
TOTAL GERAL			749.097.961,06	100%

Fonte: Siafi Gerencial – Base 22/01/2010